

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
CURSO DE DIREITO**

**EVANDRO CLAUDINO DE QUEIROGA**

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:  
responsabilidades dos prefeitos municipais**

**SANTA RITA  
2018**

**EVANDRO CLAUDINO DE QUEIROGA**

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:  
responsabilidades dos prefeitos municipais**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do  
Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito parcial para obtenção de título  
de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos  
Santos

SANTA RITA  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

Q3p    Queiroga, Evandro Claudino de.  
         PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:  
         responsabilidades dos prefeitos municipais / Evandro  
         Claudino de Queiroga. - Santa Rita, 2018.  
         62f.

         Orientação: Ronaldo Alencar dos Santos.  
         TCC (Especialização) - UFPB/DCJ.

1. Prefeito Municipal. Patrimônio Cultural Edificado.
2. Responsabilidade Ambiental. I. Santos, Ronaldo  
         Alencar dos. II. Título.

UFPB/CCJ

**EVANDRO CLAUDINO DE QUEIROGA**

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:  
responsabilidades dos prefeitos municipais**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do  
Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito parcial para obtenção de título  
de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos  
Santos

Banca Examinadora:

Data de Aprovação: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Ronaldo Alencar Santos (Orientador)

---

Prof. Dr. Valfredo de Andrade Aguiar Filho

---

Prof. Dr. Leonan Baesso da Silva Liziero

À Silvana amor permanente  
À Matheus e Rafael nossas alegrias  
Ao meu pai Espedito, *in memorian*, dedico esta graduação  
pois sempre quis ter um filho bacharel em Direito.  
À minha mãe Nonata que está sempre a rezar  
pelo bem de seus filhos.  
À Clementina, *in memorian*, que sempre incentivava  
e torcia pela evolução das coisas.  
À Silvino que guardou a distância a evolução desta graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos brasileiros que pagam corretamente seus impostos contribuindo para a manutenção das universidades públicas, gratuitas e de qualidade.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Alencar pelos ensinamentos e pelo acolhimento da orientação.

“O patrimônio cultural assume um papel preponderante na identidade dos indivíduos e das comunidades, a qual nos é garantida através da memória. A nível individual, todos nós temos consciência histórica, isto é, memória; e reconhecemos que aquilo que somos hoje, devemos ao nosso passado, às gerações que nos transmitiram e àqueles de quem herdamos o mundo em que atualmente vivemos.”

Ana Mateus

## RESUMO

O Patrimônio Cultural Edificado é fundamental para a preservação da história de um povo, e por isso constitui um bem jurídico relevante, e a referida preservação encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro, através de regras e princípios. Na ordem jurídica brasileira encontram-se diversas disposições que atribuem aos prefeitos municipais a responsabilidade e o dever vinculante de proteção do Patrimônio Cultural Edificado, e, além disso, confere-se a tais agentes políticos uma série de instrumentos e prerrogativas para que possam cumprir tal missão. Porém, caso os prefeitos municipais violem o Patrimônio Cultural Edificado, ou então sejam omissos na proteção, é cabível que tais gestores sofram Responsabilidade Ambiental. Tal possibilidade de responsabilização de prefeitos municipais é necessária para garantir que o ente municipal cumpra o seu papel de preservar o Patrimônio Cultural Edificado, e conseqüentemente, a memória da população do município. Este estudo amolda-se à vertente de pesquisa jurídico-dogmática instrumental, e utiliza o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento interpretativo. A técnica de pesquisa empregada é a da documentação indireta. Este trabalho pretende trazer uma importante contribuição acerca da importância da preservação do Patrimônio Cultural Edificado, cuja responsabilidade recai nos prefeitos municipais; bem como ressaltar a possibilidade de responsabilização de tais gestores no caso de violação ou omissão de seu papel legalmente estabelecido.

**Palavras-chaves:** Prefeito Municipal. Patrimônio Cultural Edificado. Responsabilidade Ambiental.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Edificações localizadas na cidade de Bananeiras-PB.	27
<b>Figura 2:</b> Faixas de uso da calçada – corte.	44
<b>Figura 3:</b> Passeios públicos obstruídos na cidade de Bananeiras-PB.	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CIAN – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CE – Conselho da Europeu

CF – Constituição Federal

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

ONU – Organização das Nações Unidas

PNC – Plano Nacional de Cultura

SNIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

STF – Supremo Tribunal Federal

TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO</b>	<b>14</b>
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	15
2.2 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	17
2.2.1 Princípios específicos da tutela do meio ambiente cultural	19
2.2.1.1 Princípio da preservação no próprio sítio e a proteção ao entorno	19
2.2.1.2 Princípio do uso compatível com a natureza do bem	20
2.2.1.3 Princípio pro monumento	21
2.2.1.4 Princípio da valorização sustentável	22
2.2.1.5 Princípio da participação da população	23
2.3 CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO	25
2.4 TOMBAMENTO	26
2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS AMBIENTAIS	28
2.6 CRIMES AMBIENTAIS CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO	30
<b>3 INSTRUMENTOS LEGAIS E A RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS MUNICIPAIS EM PROTEGER O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO</b>	<b>32</b>
3.1 ESTATUTO DAS CIDADES E PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO	34
3.2 CÓDIGO DE POSTURAS E SUA INFLUÊNCIA NA PAISAGEM DOS CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS HISTÓRICOS	38
3.3 INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DEFESA E REPRESSÃO ÀS AGRESSÕES AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO	40
3.4 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	41
3.5 SISTEMA NACIONAL DE CULTURA	42
3.6 ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E IMÓVEIS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL	43
3.7 LEIS DE INCENTIVO PARA OS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL PARA INVESTIREM NA PRESERVAÇÃO	45

<b>4 RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL DOS PREFEITOS MUNICIPAIS DIANTE DA NÃO PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO</b>	<b>47</b>
4.1 INSTRUMENTOS JUDICIAIS DE TUTELA: AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO PENAL	48
4.2 FISCALIZAÇÃO PELO PODER PÚBLICO	50
4.3 JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA TUTELA ADMINISTRATIVA	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico trata da responsabilidade dos prefeitos municipais na preservação do Patrimônio Cultural Edificado. A preservação da história é fundamental para a identidade de um povo, e mesmo se referindo ao passado, tem impactos no presente. Esta história não permanece na sociedade apenas nos museus, mas também continua fisicamente em diversas manifestações sociais, culturais e arquitetônicas. Assim, tem destaque o Patrimônio Cultural Edificado, que deve ser conservado.

O fato de tal Patrimônio Cultural Edificado estar inserido, muitas vezes, no espaço físico onde a sociedade desenvolve as suas relações leva muitas vezes a danos irreversíveis a tal pedaço da história. Isso ocorre tanto por desconhecimento, quanto consequência do desenvolvimento demográfico e econômico.

Como forma de garantir tal preservação, o ordenamento jurídico brasileiro atribui competências e impõe responsabilidades aos prefeitos municipais, pelo dever de proteção do Patrimônio Cultural Edificado, através de uma série de mecanismos preventivos e repressivos. O não cumprimento deste dever pelos prefeitos municipais é passível de punição e responsabilização em diversas esferas de direito.

Assim, a problemática deste estudo centra-se em saber quais os mecanismos que os prefeitos municipais dispõem para exercer o seu dever de preservação do Patrimônio Cultural Edificado e, a partir disso, quais as consequências jurídicas do não exercício de tal responsabilidade? Através da análise das disposições legais contidas no ordenamento jurídico no que se refere à preservação do Patrimônio Cultural Edificado, e também de julgados de casos concretos sobre tema estudado.

O assunto abordado nesta pesquisa é relevante, pois tem impacto na preservação da história e da memória da humanidade, e na sua transmissão para as gerações futuras, além de que traz uma reflexão sobre o relacionamento da população com o Patrimônio Cultural Edificado, sob a vigilância dos prefeitos municipais.

Trata-se de uma temática que interessa ao Direito Constitucional, pelo fator da preservação da cultura e da histórica; ao Direito Ambiental, por se tratar de assunto relacionado a conservação ambiental; e também ao Direito Municipal, pois se discute a responsabilidade dos prefeitos municipais na preservação do

Patrimônio Cultural Edificado, e as possíveis formas de responsabilização de tais gestores no caso da não realização de tal dever.

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar, no ordenamento jurídico pátrio, os deveres e a responsabilização dos prefeitos municipais diante da preservação do Patrimônio Cultural Edificado. Especificamente, busca-se: compreender o conceito de Patrimônio Cultural Edificado no ordenamento jurídico brasileiro; apontar os instrumentos legais que vinculam os prefeitos municipais a preservação do Patrimônio Cultural Edificado; demonstrar o dever de proteção do patrimônio cultural edificado pelos prefeitos municipais, bem como a eventual responsabilização em caso de omissão ou violação.

O tema é debatido na vertente de pesquisa jurídico-dogmática instrumental que se baseia no tripé: doutrina, jurisprudência e legislação. Focaliza-se o ordenamento jurídico de uma comunidade, no caso o ordenamento jurídico brasileiro, com especial atenção a Constituição Federal – CF de 1988, ao Estatuto das Cidades, a Lei da Ação Civil Pública, a Lei do Tombamento e ao Código Penal Brasileiro, investigando institutos jurídicos que vinculem o prefeito municipal na preservação do Patrimônio Cultural Edificado, e a correspondente responsabilização no caso de omissão ou de violação. A instrumentalidade da pesquisa é representada pela edificação de resultados para a decisão judicial, tendo como norte, a eficácia da norma legal e jurisdicional.

Neste estudo se emprega o método de abordagem dedutivo, pois parte-se de doutrinas, teorias, legislação e jurisprudência para a análise da questão em estudo, é o denominado caminho da confirmação. Quanto aos métodos de procedimentos, tem-se a predominância do método interpretativo, pois a pesquisa, predominantemente, baseia-se na análise interpretativa dos textos e documentos citados anteriormente.

Finalizando a presente exposição metodológica, devem-se observar as técnicas adotadas nesta pesquisa, e constata-se a utilização da técnica de documentação indireta, através de análises bibliográficas em livros e artigos (no meio eletrônico e impresso), legais (dispositivos constitucionais e da legislação infraconstitucional correlata), jurisprudenciais (decisões do Supremo Tribunal Federal – STF e de outros tribunais desde que relacionadas à temática) e documentais (documentos oficiais).

Inicialmente, busca-se apresentar a importância do Patrimônio Cultural Edificado na história da população de um determinado local e a presença no ordenamento jurídico brasileiro de ferramentas que buscam salvaguardá-lo, a exemplo de instrumento bastante empregado que é o tombamento.

Posteriormente, busca-se analisar no ordenamento jurídico brasileiro a responsabilidade dos prefeitos municipais na proteção do Patrimônio Cultural Edificado, abordando-se, para tanto, a questão da autonomia municipal. Neste sentido, focaliza-se a questão da tutela jurídica ambiental do patrimônio cultural no ordenamento jurídico brasileiro e traçadas algumas linhas acerca da importância da educação ambiental no processo de preservação do patrimônio cultural edificado.

A partir desse entendimento, tecem-se comentários acerca dos instrumentos legais que vinculam os prefeitos municipais à preservação do patrimônio cultural incluem-se o Estatuto das Cidades, o Código de Posturas e a influência na paisagem dos conjuntos arquitetônicos históricos, este conjunto implica numa razoável abordagem acerca da política ambiental nacional.

Ao final, aborda-se o campo da Responsabilidade Ambiental no que tange a Responsabilidade Estatal por atos omissos, bem como a eventual responsabilização dos prefeitos municipais em caso de omissão ou violação, apresentando os instrumentos de defesa e de repressão às agressões ao Patrimônio Cultural Edificado. A partir desta estrutura, busca-se apontar os principais aspectos que impactam diretamente na atuação dos prefeitos municipais na preservação do Patrimônio Cultural Edificado garantido esse patrimônio para as gerações futuras.

## 2 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Hodiernamente, tratar do meio ambiente remete a pensar de uma maneira que se insira no seu caráter social, posto que este tema foi elevado constitucionalmente a um patamar no qual leva a manter um olhar atento por tratar de um bem de uso comum do povo brasileiro, que possui de forma contemporânea um caráter histórico conforme aponta Milaré (2009, p. 263) “[...] porquanto o meio ambiente resulta das relações do ser humano com o mundo natural no decorrer do tempo.”.

Esta forma de pensar leva a uma visão de que o meio ambiente não se restringe tão somente aos ecossistemas naturais, pelo contrário, vai muito mais além. Em interação permanente com o meio ambiente, o homem produz alterações que se manifestam através de diversas formas de expressão cultural, em especial daquela que fica registrada no ambiente construído, que é, por diversas razões, uma expressão relevante na história de um povo.

A convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO na décima sétima reunião em Paris, em 16 de novembro de 1972, adotou, no artigo primeiro, como definições do patrimônio cultural aqueles (UNESCO, 1972, p. 2.):

Para fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural: os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A questão relacionada à preservação do patrimônio cultural, independente da ótica que se observe, remete a conceitos e divagações que transportam à história dos antepassados e a fatos, a obras e a edificações que retratam acontecimentos e o modo de vida de um povo. A Carta Patrimonial de Veneza de 1964 que, junto com as demais cartas patrimoniais, norteia as ações relacionadas à preservação,



reparação e conservação de elementos considerados como patrimônio histórico e cultural aponta que “[...] portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares.”. Bem como sinaliza que (ICOMOS, 1964, p. 1):

A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

Não menos relevante é a informação também trazida na Carta de Veneza a qual aponta a significação cultural da criação arquitetônica para um povo quando estampa que (ICOMOS, 1964, p. 1-2):

[...] compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Nalini (1985 *apud* SIRVINSKAS, 2011, p. 517) abordando a questão relacionada à relevância da preservação do patrimônio cultural visto que constitui memória de um povo, de um país, baliza que o interesse histórico e artístico responde a um particular “[...] complexo de exigências espirituais cuja satisfação integra os fins do Estado. É, em substância, uma especial qualificação do interesse geral da coletividade, como o interesse à sanidade, à moralidade, à ordem pública etc.”.

Não bastando dialogar acerca da importância da preservação do Patrimônio Cultural Edificado como elemento de guardar e proteger a história de um povo, garantindo às gerações presentes e futuras o acesso aos referenciais que contribuíram para a sua identidade cultural, é importante avançar neste processo de garantia desta preservação. Nesta linha de raciocínio o ordenamento jurídico brasileiro aponta o tombamento como o meio adequado juridicamente para a tutela do patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico, paisagístico e natural.

## 2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Para o doutrinador Milaré (2009, p. 263) a institucionalização da tutela jurídica do patrimônio cultural, iniciada na Constituição de 1934 e aprimorada nas que lhe

seguiram, recebeu tratamento completo e inovador na Constituição de 1988, cuja regra básica se encontra no artigo 216, *in verbis* (BRASIL, 1988):

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De acordo com Milaré (2009, p. 264) sob a designação patrimônio cultural “[...] a atual Constituição abraçou os mais modernos conceitos sobre a matéria. Assim, o patrimônio cultural é brasileiro e não regional ou municipal, incluindo bens tangíveis (edifícios, obras de arte) e intangíveis, considerados individualmente e em conjunto [...]”.

Entretanto, é importante ressaltar que esses patrimônios culturais reconhecidos individualmente ou coletivamente na visão de Milaré (2009, p. 264) “[...] sejam referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira [...]”.

Quanto à identificação dos bens culturais em Milaré (2009, p. 266) tem-se que “[...] a atuação da comunidade é fundamental, pois ela, como legítima produtora e beneficiária dos bens culturais, mais do que ninguém tem legitimidade para identificar um valor cultural, que não precisa ser apenas artístico, arquitetônico ou histórico [...]”.

Ainda em Rodrigues (2001 *apud* MILARÉ 2009, p. 266), “[...] a identificação ou simpatia da comunidade por determinado bem pode representar uma prova de valor cultural bastante superior àquela obtida através de dezenas de laudos técnicos plenos de erudição, mais muitas vezes vazios de sensibilidade.”.

Ao Poder Público, independente da esfera de governo, seja federal, estadual ou municipal, em conformidade com o parágrafo primeiro do mencionado artigo 216, cabe a tutela, a proteção do patrimônio cultural brasileiro, surge o poder-dever, ou seja, a compulsoriedade de agir, senão vejamos (BRASIL, 1988):

§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros,

vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

## 2.2 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

Tratar da preservação do Patrimônio Cultural Edificado encontram respaldo em determinados princípios jurídicos. A partir desta ideia passa-se a abordar sobre os principais princípios ambientais com o foco no Patrimônio Cultural Edificado.

Os princípios são estabelecidos como regras de observância obrigatória para a população, instituindo balizas para as ações públicas e privadas. Desse modo, é importante frisar que não são estáticos, imutáveis, mas acompanham a evolução dos fatos e do pensamento de um povo. De acordo com Dias (2013, p. 31):

Os princípios jurídicos são introduzidos progressivamente na consciência de uma sociedade e acabem sendo recepcionados de forma explícita ou implícita no texto constitucional e nas normas infraconstitucionais [...] Os princípios evoluem paralelamente à evolução do pensamento humano. Toda revolução começa no mundo das ideias, e os princípios derivam dos valores filosóficos que emanam da comunidade em uma determinada época.

Os princípios que de uma forma ampla se aplicaram ao Direito Ambiental com o foco na tutela do patrimônio cultural, são os seguintes: o princípio da prevenção, o princípio da precaução, o princípio do poluidor-pagador, o princípio da função social da propriedade e o princípio da equidade ou da solidariedade intergeracional.

Os princípios da prevenção e da precaução devem ser observados conjuntamente visto que na lição de Dias (2013, p. 34) enquanto “[...] o princípio da prevenção nos incita a agir preventivamente, antes que o dano aconteça em virtude de um risco, geralmente já conhecido ou previsível.”, tem-se que o “Princípio da precaução tem por fim evitar riscos desconhecidos, ou incertos, sobre os quais a ciência não chegou a conclusões definitivas.”.

O princípio do poluidor-pagador é considerado o norteador das práticas de gestão ambiental pública e privada, bem como de responsabilização por dano ambiental, o qual preconiza segundo Dias (2013, p. 38) “[...] a ideia de que é o poluidor que deve arcar com os custos dos danos ambientais por ele causados, assim como pela prevenção dos danos que possam vir a ser causados pelas atividades por ele exercidas.”.

O princípio do poluidor-pagador tem a inspiração na teoria econômica, que segundo Milaré (2009, p. 827): “[...] os custos sociais externos que acompanham o processo produtivo precisam ser internalizados, vale dizer, que os agentes

econômicos devem levá-los em conta ao elaborar os custos de produção e, conseqüentemente, assumi-los.”.

Já a respeito do Princípio da função social da propriedade, tem-se que o poder regulatório do Estado é exercido não somente sobre os bens públicos, mas também sobre bens privados quais se devem atender a devida função social. Como afirma Meirelles (1998 *apud* MARCHESAN, 2006, p. 148):

[...] mas também sobre “obras, monumentos, documentos e recantos naturais que, embora propriedade privada, passam a integrar o *patrimônio histórico e artístico* da Nação, como bens de interesse da coletividade, sujeitos ao domínio eminente do Estado [...] não é aceitável que, no atual estágio da civilização, que erige a cultura a um dos valores mais elevados, o Estado se omita de proteger os bens, móveis e imóveis, de interesse histórico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico, folclórico, artístico ou paisagístico.

Importante, ainda, ressaltar o entendimento de Rodrigues (1993 *apud* MARCHESAN, 2006, p. 149) que todo e qualquer tombamento representa uma “[...] desapropriação indireta, nosso patrimônio cultural imobiliário estará fadado a tombar no sentido literal da expressão, dada a sabida carência de fundos estatais para investimentos em cultura e preservação ambiental.”.

Quanto ao princípio da solidariedade intergeracional, a Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU sobre o meio ambiente humano também nominado de Conferência de Estocolmo, de 1972, aponta como de extrema importância a defesa da solidariedade intergeracional, enquanto princípio maior. Para tanto, a Declaração de Estocolmo grafou nos Princípios 1 e 2 o seguinte (UNEP, 1972, p. 1):

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

### 2.2.1 Princípios específicos da tutela do meio ambiente cultural

Além dos princípios gerais do Direito Ambiental tem-se os princípios que tratam, de forma específica, da tutela do meio ambiente relacionada ao Patrimônio Cultural Edificado sobre os quais são princípio da preservação no próprio sítio e a proteção ao entorno, o princípio do uso compatível com a natureza do bem, o princípio pro monumento, o princípio da valorização sustentável e o princípio da participação da população.

Em trabalho intitulado “A Tutela do Patrimônio Cultural sob o enfoque do Direito Ambiental: uma abordagem transdisciplinar”, Marchesan (2006, p. 165) identifica princípios setoriais do meio ambiente cultural sendo assim, expressou que: “[...] embora numa interpretação extensiva possam até vir a ser observados no tocante às demais dimensões do meio ambiente, têm o seu direcionamento apontado para a perspectiva de preservação do meio ambiente cultural.”, os quais são: o princípio da preservação no próprio sítio e a proteção ao entorno, o princípio do uso compatível com a natureza do bem, o princípio pro monumento, o princípio da valorização sustentável e o princípio da participação da população.

#### 2.2.1.1 Princípio da preservação no próprio sítio e a proteção ao entorno

Aponta a Carta de Veneza nos artigos 7º e 8º que um monumento cultural deve ser preservado no sítio de origem, inserido no ambiente e de todas as partes integrantes tais como: esculturas, pintura ou decoração (ICOMOS, 1964, p. 2):

Artigo 7º – O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8º – Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

Tratando da questão da inclusão do bem cultural num determinado espaço e sobre o quanto este bem representa e traz de memória para uma comunidade, Marchesan (2006, p. 166) aponta que:

A inserção do bem cultural, e de todos os elementos que o integram, em seu contexto, sempre que possível, é decorrência de um de seus elementos: a função de testemunho, a capacidade que ele tem de se comunicar, silenciosamente, por sua simples presença em determinado contexto espacial.

Diversos são os instrumentos normativos no ordenamento jurídico pátrio que protegem o entorno do bem tombado, dentre esses instrumentos pode-se citar o Decreto-Lei Nº 25/37 que no artigo 18 cria a obrigação de prévia autorização do Órgão Responsável pelo Patrimônio Histórico, para, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade. O legislador considerou, também, no Decreto Federal Nº 86.176/81 que regulamenta a Lei Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, a qual dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, instituindo esta possibilidade, no artigo primeiro (BRASIL, 1977):

Art 1º – A instituição de áreas especiais de interesse turístico e de locais de interesse turístico, bem como a proteção dos bens de valor cultural e natural de interesse turístico existentes nas referidas áreas e locais e dos respectivos entornos de proteção e ambientação [...].

Essas ferramentas normativas de proteção do patrimônio cultural se traduzem na imposição de emissão de prévia licença para novas construções, demolições, supressões de vegetação, transformações ou modificações que venham a afetar o aspecto de área situada em área de tombamento.

#### 2.2.1.2 Princípio do uso compatível com a natureza do bem

De acordo com Marchesan (2006, p.177) princípio do uso compatível com a natureza do bem é “[...] aplicável preferencialmente aos bens tangíveis, pode ser desdobrado em duas vertentes. Em primeiro lugar, a de que a todo bem cultural há de ser dado um uso. Em segundo, a de que esse uso se harmonize com as características essenciais do bem.”.

A concretização efetiva do princípio do uso compatível com a natureza do bem vem encontrando dificuldades, devido à ideia de modernização através do uso de materiais elaborados com tecnologias avançadas; aos problemas na adaptação das construções tombadas para outras utilizações que demandam, na visão da maioria do empresariado, espaços amplos e revestidos por materiais cerâmicos; e,

ainda, às dificuldades de manutenção dos bens por ausência de recursos financeiros. Tudo isto vem provocando o abandono dos imóveis em áreas de preservação, gerando a sua deterioração.

Magalhães (1985 *apud* MARCHESAN, 2006, p.177), em passagens, pregou a importância de que se dê um uso aos imóveis dotados de valor cultural “A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência da vida [...]. É preciso revitalizar o passado para ele não morrer.”.

Tem-se que a reutilização de bens deve seguir um uso compatível com a sua natureza. Segundo Choay (2001 *apud* MARCHESAN, 2006, p.178) esta reutilização deve ser entendida como:

[...] a reintegração de um edifício a um uso normal afastando-o de um destino de museu, consiste na forma mais “audaciosa” de valorização patrimonial. Muitas vezes, a guisa de poupar o monumento dos riscos inerentes ao desuso, esse acaba por ser submetido a desgastes e usurpações derivadas do mau uso. Assim, adverte a nova destinação não se deve basear exclusivamente numa homologia com sua vocação genética, mas deve também levar em conta o estado do edifício e o fluxo de usuários que ele virá a receber.

### 2.2.1.3 Princípio pro monumento

O documento “Convenção de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, aprovado pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO em 1972, aponta com preocupação que (UNESCO, 1972, p. 1):

[...] o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica, que se agrava com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis [...].

O princípio pro monumento, presente na citada Convenção da UNESCO, é uma norma jurídica visto que tal documento está incorporado ao ordenamento jurídico pátrio. No direito brasileiro, o princípio pro monumento ainda é bastante incipiente posto que se percebe uma grande distância entre a legislação e as decisões prolatadas pelo Poder Judiciário. Esta preocupação é apresentada por Marchesan (2006, p. 183) em dissertação de mestrado quando assim expressa:

[...] em que pese o abismo existente entre a legislação, que consagra a mais ampla tutela ao meio ambiente, nele inserida a dimensão cultural, e a jurisprudência, ainda em muito atada ao chamado “sistema proprietário”, já é possível identificar uma nova aragem em alguns julgados, a serem esquadrihados quando da análise da eficácia jurídica do tombamento, chancelando uma espécie de benefício da dúvida, ao possibilitar que se busque no Judiciário a tutela de bens ainda não reconhecidos como culturais pelo Poder Executivo ou Legislativo.

Milaré (2009, p. 276) tratando da catalogação dos bens culturais vislumbra a via judicial como uma das formas proteção dos bens culturais quando aborda que “[...] a linha preconizada pela Lei 7.347/1985, que tornou possível a inclusão de bens no patrimônio cultural brasileiro por meio de decisão judicial, independentemente do critério administrativo.”. Neste sentido, segundo Marchesan (2006, p. 183), a falta de proteção de tais bens pode derivar de omissão administrativa, cabendo ao Poder Judiciário reconhecê-la e corrigi-la.

Ainda sobre o mesmo tema Pérez Luño (1999 *apud* MARCHESAN, 2006, p.184) discorrendo sobre pesquisa jurisprudencial estabeleceu a seguinte categorização:

[...] classificou os julgados em três blocos: 1) sentenças que recaíram sobre monumentos singulares; 2) sentenças referentes a um conjunto monumental ou a um bem imóvel incluído dentro dele; 3) sentenças que envolvam a possibilidade ou não de efetuar obras que afetem a visibilidade ou entorno de um monumento, identificando uma crescente tutela dos bens culturais, restando plasmado o chamado princípio “pro monumento”.

#### 2.2.1.4 Princípio da valorização sustentável

O princípio da valorização sustentável na lição de Marchesan (2006, p.185) parte da hipótese de que:

[...] a sociedade humana não se limita às nossas gerações, sendo que a exauribilidade é uma característica dos recursos naturais, ao passo que o perecimento, a descaracterização, o esquecimento são males que assolam os recursos culturais. É por isso que se alia a essa idéia a de consumo sustentável. Sem uma alteração nos padrões de consumo, inclusive do consumo cultural, a preservação dos recursos essenciais ao completo desenvolvimento humano será difícil, quando não impossível.

Tem-se, ainda, que a questão da valorização cultural sustentável na leitura de Marchesan (2006, p.187) prevê “[...] a implementação eficaz e eficiente dos meios que os responsáveis por essa política, aliados à comunidade, têm ao seu alcance,



favorecendo a investigação, a conservação, a criação, a produção, a difusão e o impacto social do patrimônio [...].”.

Segundo Elizabeth (2004 *apud* MARCHESAN, 2006, p.187) a questão da sustentabilidade cultural não pode ser confundida com lucratividade posto que os melhoramentos diretos “[...] vinculam-se à formação espiritual do indivíduo e podem até acarretar benesses econômicas quando servem de atrativos turísticos. Sustentabilidade no patrimônio é garantia de fruição das obras do passado pelas gerações vindouras.”. Reforçando esta ideia da sustentabilidade tem-se em Elizabeth (2004 *apud* MARCHESAN, 2006, p.187) que:

No marco do turismo cultural, a sustentabilidade envolve cinco dimensões a serem simultaneamente observadas: **a econômica**, que visa integrar o patrimônio nos processos produtivos; **a social**, que objetiva melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas; **a cultural ou preservacionista**, que busca valores e lugares através da conservação e promoção dos recursos do patrimônio; **a ética**, que visa a ampliar o acesso da população aos seus bens patrimoniais, como via de reafirmação de sua identidade e **a política**, que objetiva assegurar a participação de todos os atores, locais, regionais ou nacionais.

Garrigós (1998 *apud* Marchesan, 2006, p. 187-188) abordando acerca da gestão do patrimônio cultural aponta que: “[...] não pode buscar somente que ele não se deteriore e pereça, mas que também se reabilite, se enriqueça, seja conhecido e desfrutado por todos, convertendo-se em fator de desenvolvimento econômico e social.”.

Ainda em Marchesan (2006, p. 189), como síntese do significado de valorização sustentável pode-se raciocinar sobre existência de gestão com temperança, que “[...] contemple um marco temporal de longo prazo, não perdendo de vista a essencialidade do bem ou dos bens culturais (a função de testemunho para as presentes e as futuras gerações) nem os moradores de sua área envoltória.”.

#### 2.2.1.5 Princípio da participação da população

A Carta de Atenas, elaborada 1931, apresentou como assunto principal a questão da longevidade dos monumentos históricos, visto que são bastante suscetíveis à ação ameaçadora das intempéries. Para tanto devem ser empregadas

todas as tecnologias disponíveis com o escopo de efetivar-se o monitoramento dessa ação degeneradora dos monumentos culturais.

Aponta a Carta de Atenas que as comunidades são as melhores guardiãs do patrimônio cultural para tanto consignou-se a importância da educação dos próprios povos, em especial das crianças e da juventude, para que adotem atitudes que não danifiquem, e contribuam para a conservação dos monumentos. Desta forma assinalou o referido documento (CIAM, 1931, p. 4):

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

Entendem os signatários da Convenção de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1972, que para uma eficiente proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural localizado em suas regiões devem: a) adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planejamento geral; b) Programas Educativos.

Esta preocupação com os programas educativos vem reforçada na Convenção de Paris nos artigos. 27 e 28, quando traçam as linhas gerais dos programas educativos, assim se articulam (UNESCO, 1972, p. 3):

#### Artigo 27

1 – Os Estados partes na presente convenção procurarão por todos os meios apropriados, especialmente por programas de educação e de informação, fortalecer a apreciação e o respeito de seu povos pelo patrimônio cultural e natural definido nos artigos 1 e 2 da convenção.

2 – Obrigar-se-ão a informar amplamente o público sobre as ameaças que pesem sobre esse patrimônio e sobre as atividades empreendidas em aplicação da presente convenção.

Artigo 28 – Os Estados partes na presente convenção que receberem assistência internacional em aplicação da convenção tomarão as medidas necessárias para tornar conhecidos a importância dos bens que tenham sido objeto dessa assistência e o papel que ela houver desempenhado.

Marchesan (2006, p.190) destaca “[...] o reconhecimento constitucional do direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado conectado com a qualidade de vida como direito fundamental da pessoa humana com o correlato

dever do Estado de defender o meio ambiente [...]”. Entretanto este dever não é uma ação única do Estado, pois incluem-se, também, os cidadãos, as empresas e a comunidade em geral.

Varine-bohan (1974 *apud* MARCHESAN, 2006, p. 191) aponta que “[...] uma população só pode se colocar como artífice ativa e responsável de seu presente e de seu futuro à medida que dominar sua própria cultura.”.

A importância do engajamento da população no conhecimento e consequentemente na valorização do patrimônio cultural leva a preservá-lo. Posto que se não conhece a sua história dificilmente a valoriza. Desta forma o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, em 1975, trouxe a lume esta questão quando assim expressou (CE, 1975, p. 2 e 4):

O patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, se preocupar mais intensamente com essa matéria.

[...]

O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões.

## 2.3 CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Nas intervenções a serem implementadas pelos entes municipais seja no campo da preservação de imóveis ou em equipamentos públicos tombados como patrimônio cultural, o prefeito municipal deve guardar zelo visando a sua compatibilização com as normas de conservação e restauração, em especial com aqueles conceitos estatuídos pela Carta de Veneza, a qual discorre que os institutos da conservação e da restauração dos monumentos históricos buscam em todas as ciências e técnicas que possam, dentro das especialidades, oferecer contributos na salvaguarda do patrimônio cultural.

O artigo quinto da Carta de Veneza, de 1964, aponta para a função útil à sociedade do imóvel, entretanto as alterações devem observar, dentro de limites, a evolução dos usos e costumes do seu povo. Enquanto que o artigo sexto do referido documento sinaliza para a manutenção da escala em futuras intervenções (ICOMOS, 1964, p. 2):

Artigo 5º – A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto,

desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6º – A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda nova construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Quanto à restauração, a Carta de Veneza, de 1964, sinaliza tratar-se de “[...] uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos [...]” (ICOMOS, 1964, p. 2). Aponta, ainda, a necessidade de que qualquer intervenção deve ser antecedida e seguida de estudo arqueológico e histórico do monumento.

## 2.4 TOMBAMENTO

O tombamento é um mecanismo jurídico a disposição da administração pública que objetiva garantir a preservação do Patrimônio Cultural Edificado, bem fomentar ações para a manutenção dos bens históricos como presente para às gerações futuras.

Como importante instrumento de proteção do Patrimônio Cultural Edificado o tombamento que, na lição de Diniz (1998 *apud* SIRVINSKAS, 2011, p. 522), representa uma restrição administrativa por parte do Estado “[...] em face do interesse da cultura e da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, proibindo demolição ou modificação de prédios tidos como monumentos históricos e exigindo que seus reparos obedeçam à sua caracterização.”. Ainda discorrendo sobre o tema Sirvinskaskas (2011, p.522) sinaliza que “O *tombamento ambiental*, por sua vez, é um instrumento administrativo utilizado para proteger bens imóveis dotados de valor cultural ou natural” (grifo do autor).

Segundo Lourenço (2006, p. 01) o instituto do tombamento visa à proteção de bens que possuam valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico, ambiental e que, de certa forma, “[...] tenham um valor afetivo para a população, o qual é caracterizado pela intervenção do Estado na propriedade, e regulamentado por normas de Direito Público.”. O Decreto-Lei N° 25/37, conhecida como Lei do Tombamento, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, conceituando-os em seu artigo primeiro (BRASIL, 1937):

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Ainda em Lourenço (2006, p. 01) tem-se que o tombamento pode ter por “[...] objeto bens móveis e imóveis que tenham interesse cultural ou ambiental para a preservação da memória e outros referenciais coletivos em diversas escalas, desde uma que se refira a um Município, como uma em âmbito mundial.”.

Apresentam-se, na Figura 1, alguns bens culturais edificados tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP localizados na cidade de Bananeiras, estado da Paraíba, os quais remetem a história do povo bananeirense guardando a sua memória, cumprindo desta forma a transmissão às gerações futuras do legado de seus antepassados.



**Figura 1:** Edificações localizadas na cidade de Bananeiras-PB.  
Fonte: Arquivo pessoal do Autor (2017).

Segundo Dias (2013, p. 78): “Tombar um bem é declarar o seu valor cultural e inscrevê-lo em uns dos Livros de Tombo existentes no (IPHAN) ou órgão congênere a nível estadual ou municipal que efetuar o tombamento”. A previsão legal de tombamento encontra-se estampada na Constituição Federal da República, e esta poderá ocorrer por procedimento administrativo, por lei ou por determinação judicial, conforme previsto na Lei da Ação Civil Pública.

Discorrendo sobre tombamento, a doutrinadora de Di Pietro (2010, p. 138) leciona que é a “[...] forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assim considerado, pela legislação ordinária [...]”.

A importância do tombamento como instrumento jurídico de tutela do patrimônio cultural ocasiona reflexos importantes na responsabilidade que se impõe ao Estado, que passa a ter obrigação quanto a preservação e conservação. Assim aponta Sirvinskas (2011, p. 522) quando aborda que o patrimônio cultural integra o “[...] meio ambiente por ser um bem de uso comum do povo, cuja proteção tem por finalidade a preservação e a conservação da memória nacional. Trata-se, pois, de uma limitação administrativa da propriedade privada ou pública.”.

O tema tombamento, muitas vezes provoca discussões sobre o impacto que este ato administrativo gera na relação com a propriedade privada. Abordando acerca de tal questão Marchesan (2006, p. 218) aponta que o tombamento ocasiona uma mitigação da propriedade do bem diante de princípios constitucionais quando assim expressa:

Não há como haver tombamento sem redução de alguma faculdade inerente ao domínio, mas essa se dá por força de outros princípios também plasmados na Constituição que, de um lado, tutelam o meio ambiente, especialmente em seu viés cultural, e, de outro, integram a função social ao conteúdo do direito de propriedade. Assim, associar a indenização pura e simplesmente à regra imposta à Administração de indenizar todo e qualquer “dano” sofrido pelo administrado é raciocínio por demais simplista.

Com o objetivo de garantir às gerações futuras a preservação do Patrimônio Cultural Edificado se identifica no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como ponto de partida a Constituição Federal de 1988, um conjunto de normas que estabelecem obrigações aos prefeitos municipais, como autoridade pública diretamente responsável pela garantia da preservação e manutenção do patrimônio cultural.

## 2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

A questão da educação ambiental possui grande relevância na preservação do Patrimônio Cultural Edificado, posto que a participação da população aparece como aspecto proeminente na garantia de atendimento a este objetivo. Nesta linha de raciocínio Milaré (2009, p. 521) leciona que o envolvimento da “[...] coletividade na promoção da defesa e melhoria da qualidade ambiental, sendo aí secundada pelas práticas do planejamento e da gestão ambiental que canonizam a necessidade do processo participativo, da conscientização e da mobilização das comunidades.”.

A questão da educação ambiental permeia a Constituição Federal em diversas seções e, de forma pontual, quando aponta no artigo 225 parágrafo

primeiro, a imposição ao Poder Público e à coletividade do dever de defender e preservar o meio ambiente equilibrado para as presentes e as futuras gerações, trazendo o encargo ao Poder Público no inciso sexto, que fala da obrigação de “[...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”.

Doutra banda, também está presente na Constituição Federal, item que trata da educação com a intenção de disseminar valores pertinentes à cultura e às artes como se vê no artigo 210, o qual assinala que “[...] serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”.

A Lei N° 9.795/1999 dispõe sobre a educação ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, conceitua no seu artigo primeiro o que é esta educação, a qual deve envolver indivíduos e a coletividade num processo de mudança de comportamento diante o meio ambiente. Enquanto no seu artigo segundo aborda a questão essencial da permanente presença na educação nacional, conforme apontada os artigos retromencionados (BRASIL, 1999):

Art. 1º – Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º – A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No artigo quinto, incisos terceiro, quarto e sétimo da Política Nacional de Educação Ambiental tem-se os objetivos fundamentais da educação ambiental a ser implementada pelo Poder Público donde convém ressaltar aquilo que o legislador consignou nos incisos a seguir transcritos (BRASIL, 1999):

Art. 5º – São objetivos fundamentais da educação ambiental:

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

[...]

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Estes objetivos postos na Política Nacional de Educação Ambiental, de forma incisiva, relacionam-se, em especial, com os princípios do princípio da participação da população, do princípio pro monumento e do princípio da valorização sustentável. Observa-se que somente com uma educação voltada para o envolvimento da população com a questão da preservação é que se transmitirá para as gerações futuras um legado inerente ao Patrimônio Cultural Edificado. Ainda, relaciona-se com a preservação do patrimônio no seu local de origem, posto que reconta a história como fiel testemunha do tempo.

Apona a Lei N° 9.795/1999, em seu artigo 14 que a coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, sendo atribuições dele, conforme artigo 15 (BRASIL, 1999):

Art. 15 – São atribuições do órgão gestor:

I – definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II – articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III – participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Ainda, faz-se importante ressaltar que, de acordo com os ditames do artigo 16 os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera da competência e nas áreas de jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, o que representa um reforço nas responsabilidades destes entes estatais visto que estão envolvidos em todo o processo de preservação do patrimônio cultural.

Por fim, acerca da questão relacionada à educação ambiental é importante trazer a lume a lição de Milaré (2009, p. 281) quando aponta que: “A Educação Ambiental pode proporcionar meios pedagógicos e métodos de participação comunitária, objetivando alertar a consciência e formar atitudes de cuidado cívico e preservação ante os diferentes bens e valores culturais.”.

## 2.6 CRIMES AMBIENTAIS CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

A Lei de Crimes Ambientais, Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, traz os cinco grupos de crimes ordenados da seguinte forma: dos crimes contra a fauna – artigos 29 a 37; dos crimes contra a flora – artigos 38 a 53; da poluição e outros



crimes – artigos 54 – 61; dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural – artigos 62 – 65 e dos crimes contra a Administração Ambiental.

Sob a ótica deste trabalho, é importante ressaltar as previsões contidas nos artigos 63 a 65, posto que incidem diretamente sobre ações infratoras seja por parte de proprietários de imóveis sejam eles, pessoas físicas ou jurídicas, bem como por parte do Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, pertinente ao Patrimônio Cultural Edificado conforme observa-se na transcrição seguinte (BRASIL, 1998):

Art. 63 – Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 64 – Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 65 – Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011).

§ 1º – Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.408, de 2011).

Nessa perspectiva de garantir esta passagem dos bens considerados como Patrimônio Cultural Edificado às gerações que virão, diversos instrumentos normativos estão disponíveis na legislação pátria para que os prefeitos municipais empreguem com o desidério de cumprimento de seu papel como gestor público.

Diante desse contexto apresentado até então observar-se que os prefeitos municipais são detentores de responsabilidades materiais de proteger o Patrimônio Cultural Edificado visto que as bases legais estão espreiadas no ordenamento jurídico brasileiro. Nesta conjuntura, é importante aprofundar a questão das responsabilidades dos prefeitos municipais tendo, como ponto de largada, a Constituição Federal de 1988.

### 3 INSTRUMENTOS LEGAIS E A RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS MUNICIPAIS EM PROTEGER O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

A Lei Nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios e dos Territórios Federais, e dá outras providências. Sinaliza no artigo 34 que compete ao Prefeito municipal representar o Município em Juízo ou fora dele. Logo, consagra-se a responsabilidade jurídica do gestor municipal diante da obrigação de agir ou se abster de realizar atos que infrinjam as normas vigentes, em especial aquelas que abordam questões ligadas à preservação e conservação do meio ambiente.

A força desta representatividade dos prefeitos municipais foi reforçada na Constituição Federal de 1988, a qual adjudicou aos Municípios Brasileiros o status de entidades membros da República Federativa do Brasil, promovendo-lhes a autonomia política. Sendo, portanto, os municípios brasileiros possuidores de capacidades de autogoverno, autoadministração, autolegislação e auto-organização.

Nos ensinamentos de Silva (1989), com a edição Carta Magna de 1988 recaiu para os Municípios, os quatro fundamentos que compõem a autonomia, transcritos na sequência, donde se observa a capacidade de normativa própria a qual fornece a base legal para exercer com plenitude as previsões em diversos artigos da Carta Constitucional, a exemplo daqueles previstos no artigo 30, abordados na continuação deste trabalho (SILVA, 1989):

**capacidade de auto-organização**, mediante a elaboração de lei orgânica própria;

**capacidade de autogoverno** pela eletividade do prefeito e dos Vereadores às respectivas Câmaras Municipais:

**capacidade normativa própria**, ou capacidade de autolegislação, mediante a competência de elaborar leis municipais sobre áreas que são reservadas à sua competência exclusiva e complementar:

**capacidade de auto-administração** (administração própria, própria para manter e prestar os serviços de interesse local) (**grifo do original**).

Os atributos da autonomia municipal podem ser vistos sob quadros óticos conforme leciona Bulos (2010, p. 910):

Capacidade de autogoverno - revela a *autonomia governamental ou política*, pela qual ocorre a eletividade de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Capacidade de autoadministração – evidencia a *autonomia administrativa ou gerencial*, que se delinea mediante a prestação e manutenção de serviços locais [...].

Capacidade de autolegislação concerne à *autonomia legislativa*, que consiste na edição de normas gerais, cogentes, impessoais e abstratas, pelo desempenho da competência legislativa municipal [...]  
 Capacidade de auto-organização que resulta na *autonomia organizatória*, que é o poder de criar lei orgânica própria [...].

A Constituição Federal de 1988 no artigo 23, incisos um, três e quatro, ressalta a competência concorrente dos municípios de preservar e proteger o patrimônio público e cultural, desta forma o zelo atribuído ao município recai sobre aquele que o representa. Todos esses entes são possuidores de deveres inafastáveis, sendo esta a vontade do legislador constituinte conforme aponta transcrição a seguir (BRASIL, 1988):

Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
 I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;  
 [...]
 III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;  
 IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

Assinala o artigo 30 da Constituição da República, nos incisos um, oito e nove, que é competência dos municípios brasileiros a promoção do patrimônio histórico-cultural local sempre guardando respeito às legislações federal e estaduais, entes responsáveis por legislar sobre proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (BRASIL, 1988):

Art. 30 –. Compete aos Municípios:  
 I – legislar sobre assuntos de interesse local;  
 [...]
 VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;  
 IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

O artigo supramencionado gerou entre os doutrinadores discussões e, conseqüentemente, fez florescer diversos conceitos no que se referem a legislar sobre assuntos de interesse local. Carrazza (1996 *apud* SILVEIRA, 2006, p. 74 e 75) entende por interesse local tudo aquilo que o próprio Município, por meio de lei, vier a entender de seu interesse. Complementa trazendo a seguinte consideração: “[...] interesses dos Municípios são os que atendem, de modo imediato, às necessidades

locais, ainda que com alguma repercussão sobre as necessidades do Estado ou do País.”.

Na lição de Bastos (1988 *apud* SILVEIRA, 2006, p. 75) o assunto é tratado da seguinte forma: “Os interesse locais dos Municípios são os que entendem imediatamente com as suas necessidades imediatas e, indiretamente, em maior ou menor repercussão, com as necessidades gerais.”.

No ordenamento jurídico pátrio, depara-se com diversas ferramentas que estão colocadas a disposição dos prefeitos municipais os vinculando na sua forma de administrar os municípios, em especial aqueles que possuem bens e/ou conjuntos arquitetônicos que estejam enquadrados como Patrimônio Cultural Edificado, podendo-se enumerar o Estatuto das Cidades, o Código de Posturas, a Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros.

### 3.1 ESTATUTO DAS CIDADES E PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

Dentre estes instrumentos normativos, o que mais confere força aos prefeitos municipais na sua atuação de proteção do patrimônio cultural é o Estatuto da Cidade – Lei N° 10.257/2001 – o qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, visando dentre outros aspectos a preservação e recuperação do patrimônio cultural. Esse entendimento está contido no inciso doze do artigo segundo do referido Estatuto (BRASIL, 2001):

Art. 2º – A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

Importante instrumento de auxílio na preservação do Patrimônio Cultural Edificado é aquele previsto no Estatuto das Cidades, qual seja, a prerrogativa do poder executivo municipal propor projeto de lei contendo a previsão da transferência do direito de construir conforme aponta o artigo 35 do citado Estatuto:

Art. 35 – Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

[...]

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

A previsão contida no Estatuto das Cidades acerca da obrigatoriedade de possuir Plano Diretor não se restringe apenas àquelas cidades com mais de vinte mil habitantes, mas, também, para as que se enquadram na previsão contida no seu artigo 41 o qual aponta em seu inciso quarto que é obrigação incondicional para as cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico, não importando o efetivo populacional, instituir o Plano Diretor.

O Estatuto das Cidades grafou em seu artigo quarto como instrumentos de planejamento municipal dentre outros os instrumentos urbano-ambientais, destacamos a desapropriação, o plano diretor, a transferência do direito de construir e o direito de preempção. Posto que constituem pilares da concretização da sustentabilidade urbano-ambiental.

O instituto da desapropriação está presente nos artigos quinto, incisos. XXII, XXIII e XXIV, e 182, parágrafo terceiro, ambos da CF, bem como no artigo 1228, parágrafo terceiro do Código Civil, segundo o qual, o proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente e detalhada no Decreto-Lei N° 3.365/41 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

O Decreto-Lei N° 3.365/41 em artigo quinto, alíneas I e m, aponta, respectivamente, como hipóteses de desapropriação por interesse social, com o olhar mirando à tutela patrimonial, “[...] a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos.” e “[...] a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico.”.

A desapropriação enquanto modo de aquisição de propriedade pelo poder público, segundo Marchesan (2009, p. 232) “[...] deve ser reservado a hipóteses bem identificadas nas quais se faça necessário ao Poder Público retirar o bem das mãos do particular para ajustá-lo aos seus planos de preservação do patrimônio.”.

O plano diretor objetiva o disciplinamento do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; bem como o zoneamento ambiental. Partindo das definições

fixadas no plano diretor, no campo tributário e financeiro o prefeito municipal pode instituir, com a aprovação do legislativo, benefícios que colaborem com a preservação do patrimônio cultural edificado como isenção ou devolução de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para aqueles proprietários que apliquem valores na manutenção dos imóveis considerados possuidores de valor histórico. Visto que no Estatuto das Cidades tem-se a previsão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros concedidos através de institutos jurídicos e políticos próprios; tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano e a instituição de unidades de conservação.

A importância do Plano Diretor para as cidades, em especial, para aquelas que são possuidoras de imóveis tombados ou sítios arquitetônicos tombados, se reveste de uma grandeza imensurável visto que imprime uma proteção àqueles bens de valor cultural e histórico.

O plano diretor de uma cidade deve guardar o patrimônio cultural com seus valores culturais, naturais e artificiais que devem se conformar com as paisagens urbanas e sua influência na vida da comunidade de forma que preserve a história e estabeleça relação com o desenvolvimento da cidade. Segundo Marchesan (2009, p. 234) assim sinaliza:

Partindo de uma interpretação do patrimônio cultural e de suas influências na dinâmica urbana, a identificação desses espaços e ambiências é vetor de destaque na sua integração ao processo de desenvolvimento da cidade com foco na qualificação do ambiente.

Ainda discorrendo acerca da importância do Plano Diretor para as cidades, em especial no estabelecimento de uma relação estreita entre a legislação urbanística e o patrimônio cultural, sinaliza Marchesan (2006, p. 235) que: "A proteção do patrimônio orientada pela legislação urbanística representa um olhar sobre a cidade como um todo, contemplando o bem ou conjunto de bens culturais em seu contexto, dentro da paisagem cultural por eles formada com seu entorno."

No caso específico do município de João Pessoa tem-se a Lei Complementar N° 003/1992, atualizada pela Lei Complementar N° 004/1993, Lei do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, a qual grafou algumas Zonas Especiais de Preservação dentre elas o Centro Histórico de João Pessoa e as áreas tombadas por legislação Municipal, Estadual ou Federal (JOÃO PESSOA, 1992, p.16):

Art. 39 – Zonas Especiais de Preservação são porções do território, localizadas tanto na Área Urbana como na Área Rural, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais, impõe normas específicas e diferenciados para o uso e ocupação do solo, abrangendo:

I – O Centro Histórico da cidade;

[...]

VII - as áreas tombadas ou preservadas por legislação Municipal, Estadual ou Federal.

Identifica-se no artigo 35 do Estatuto das Cidades que Lei municipal, tendo por base o plano diretor, quando o imóvel for de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, facultará autorização ao proprietário de imóvel urbano, privado ou público “[...] a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins [...]”.

Por ser possuidor deste mecanismo jurídico, no plano diretor, na lição de Marchesan (2009, p. 238), o Poder Público Municipal “[...] está habilitado a subordinar o exercício do direito de construir, que é de cunho individual, a uma necessidade social ou ambiental, através da transferência do exercício daquele direito para outro local.”.

Freitas (2001 *apud* MARCHESAN, 2009, p. 237) aponta que o Estatuto da Cidade buscou prestigiar aqueles que guardam a função social e ambiental da propriedade, “[...] não podendo ser beneficiado, por evidente contra-senso, aquele que negligenciou sua guarda, que permitiu, por omissão, a ação predatória de terceiros, ou aquele que agiu conscientemente com espírito destruidor [...]”.

A preservação do patrimônio cultural está relacionada à vontade política do gestor municipal no emprego desse eficiente instrumento jurídico, o que é reforçado nas palavras de Rodrigues (2005 *apud* MARCHESAN, 2009, p. 237) quando aborda sobre a transferência do direito de construir, assim afirmando:

A determinação política do município em regulamentar, por meio de lei municipal, o instituto da transferência do direito de construir, é possível dentro da autonomia municipal, sem ferimento à repartição constitucional de competências, quando se tratar de objetos cujo interesse de preservação seja eminentemente local e para preservar a identidade cultural do município.

Por fim, a transferência do direito de construir poderá ser a solução eficiente para a efetivação do tombamento com o afastamento da alegativa de prejuízos e a cessação das condutas criminosas de destruição das obras, muitas vezes às escondidas, outras com a participação omissiva do poder público.

O artigo 25 do Estatuto da Cidade traz que “O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares” apontando em seu parágrafo primeiro que “Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência”.

Esse direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar proteger áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, esta é a dicção do artigo 26, inciso oito da Lei N° 10.257/01.

O emprego deste instituto carece da parte do município ser detentor de um cabedal de informações, sobretudo acerca das áreas de interesse cultural, Conforme Marchesan (2009, p. 238):

Não parece demasiado enfatizar que o êxito desse instrumento está condicionado ao pré-requisito de que o Município conte com um razoável manancial de informações acerca de onde estão os imóveis que pretende proteger bem assim de um zoneamento definido no Plano Diretor a respeito das áreas de interesse ou valorização cultural e, dentre elas, aquelas na qual poderá exercer aludido direito.

### 3.2 CÓDIGO DE POSTURAS E SUA INFLUÊNCIA NA PAISAGEM DOS CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS HISTÓRICOS

O Código de Posturas é um importante instrumento disponível aos prefeitos municipais posto que nele inserem-se as regras a serem observadas pelos munícipes quando da realização de diversas ações, dentre elas aquelas pertinentes aos engenhos de publicidade. A presença deste instrumento tem segundo Pinho (1998) sua origem no Brasil Colônia:

O Código de Posturas Municipal tem sua origem na época do Brasil colonial, quando os pequenos povoados e vilas, apesar de todo o poder centralizador das Capitânicas Hereditárias, assumia por iniciativa própria, funções importantes de governo, entre elas o estabelecimento de regras e normas, seguindo padrões éticos, morais e culturais da época, que facilitassem a convivência dos habitantes de um mesmo local.

Como dito anteriormente, o código de posturas é fundamental na explicitação das regras de como as pessoas físicas e jurídicas devem se portar no uso e usufruto dos bens imóveis nas cidades, pois nele estão esculpidas as regras que norteiam a



todos, inclusive sobre aqueles imóveis situados em áreas consideradas como patrimônio histórico-cultural ou aqueles tombados individualmente.

A título de exemplo de Código de Postura e sua importância, tem-se a Lei Complementar N° 07, de Agosto de 1995, a qual estabelece o Código de Posturas do município de João Pessoa, tendo de partida, em seu artigo primeiro, os objetivos da instituição do Código de Posturas que seriam dentre outros as normas disciplinadoras do bem estar público, bem como, as correspondentes relações jurídicas entre o Poder Público Municipal e os munícipes. Para na sequência, no artigo segundo, assinalar que “As pessoas físicas e jurídicas são obrigadas a cumprirem as prescrições desta Lei, a colaborarem para a efetivação de suas finalidades e a viabilizarem a fiscalização pertinente dos órgãos municipais”.

Efetivando uma leitura no Código de Posturas do Município de João Pessoa identifica-se no Capítulo oitavo que trata Da Publicidade em Geral na Seção segunda Do Centro Histórico, todo um conjunto de regramento, acerca da colocação de toldos e dos engenhos de publicidade, letreiros e indicativos de acordo com as previsões contidas nos artigos 166 e 167, a exemplo das proibições a seguir transcritas (JOÃO PESSOA, 1995, p. 22):

Art. 166 – A colocação de toldo e qualquer tipo de anúncio ou letreiro, indicativo ou publicitário, que encubra total ou parcialmente os elementos morfológicos das fachadas das edificações que integram o Centro Histórico da cidade, artigos 39 e 40 da seção III do capítulo 111 do Título II da Lei Complementar N° 3, de 30 de Dezembro de 1992, Plano Diretor do Município de João Pessoa, fica proibida.

Art. 167 – A autorização para a colocação de qualquer tipo de anúncios, letreiros, cartazes ou avisos nos prédios que integram o Centro Histórico obedecerá aos seguintes parâmetros

[...]

e) não poderão encobrir elementos construtivos que façam parte da morfologia original da fachada, tais como: colunas, gradis, portas de madeira e vergas em cantaria, entre outras;

IV – normas para a colocação de toldo.

a) na construção, reconstrução, reforma ou acréscimo dos imóveis, na área do Centro Histórico, não será permitida a existência de marquises; [...].

Os engenhos de publicidade tão presentes no cotidiano das cidades tem sido objeto de preocupação dos especialistas da área de preservação dos conjuntos arquitetônicos ou mesmo de imóveis isolados sempre com o fito de garantir a visibilidade desses elementos para as populações locais e visitantes com interesse histórico- turístico.

De acordo com Ahmed (2009. p. 292) “[...] a paisagem é o forte atrativo na identificação do cidadão com a sua cidade não só pela referência ao seu passado,

mas pelo que poderá representar em relação ao seu futuro.”. Visto que a paisagem remete, segundo Ahmed (2009. p. 292), a “[...] valores culturais subjacentes, estéticos e históricos cuja degradação atingem a qualidade de vida do cidadão.”.

Observa-se, ainda, nas cidades possuidoras de imóveis ou conjuntos arquitetônicos tombados, a instalação de caixas d’água de cores fortes, antenas de rádio e televisão, o emprego de indiscriminado de publicidades, toldos e marquises de diversos materiais, pode-se tirar na lição de Ahmed (2009. p. 292) são capazes de “[...] gerar poluição visual e degradar a paisagem urbana não obstante não incidam sobre determinado bem culturalmente protegido, eis que, em matéria de patrimônio cultural, não rara vezes o entorno possui tanta significação quanto o bem em si.”.

### 3.3 INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DEFESA E REPRESSÃO ÀS AGRESSÕES AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

A tutela administrativa de defesa do meio ambiente lança mão de aparelhos preventivos e repressivos que segundo Lanfredi (2002, p. 185) são:

[...] a *atuação preventiva* em: a) limitações administrativas; b) desapropriação c) estudos de impacto ambiental; d) licença ambiental; e) tombamento; f) inquérito civil.

Os *meios repressivos* são: a) multas; b) interdição temporária ou definitiva de atividade nociva ao meio ambiente; c) perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; d) perda ou suspensão de participação em linhas de financiamentos oficiais de crédito etc.

De forma mais pontual, tratando de instrumentos de proteção de bens culturais Lanfredi (2002, p. 175) enumera “*Quanto aos instrumentos administrativos*, registra-se a multa, a destruição de obra e a remoção de objeto.”. Por outro lado elenca Lanfredi (2002, p. 176 que “Relativamente aos instrumentos judiciais, contam-se a ação popular constitucional (CF, art. 5º, LXXIII), a ação civil pública (CF, art. 129, III, Lei 7.347/85, art. 1º) e ação penal pública incondicionada (Lei 9.605/98, art. 26).”.

Na lição de Milaré (2009, p. 277) a multa “[...] além do caráter punitivo, tem evidente papel preventivo e desestimulante às agressões ao patrimônio cultural; possibilita também arrecadação de verbas destinadas aos reparos que administrativamente podem ser feitos em bens de valor cultural.”.

O Decreto-Lei N° 25/1937, em seu artigo 18 aponta que sem prévia autorização do Órgão competente, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser mandado destruir a obra.

Ainda no artigo 18, do Decreto acima referido, sem prévia autorização não se poderá, na vizinhança da coisa tombada nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado retirar o objeto impondo-se, neste caso, multa.

### 3.4 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Política Nacional do Meio Ambiente atrai para os prefeitos municipais responsabilidades visto que esta política aponta para os cuidados que devem ter com Patrimônio Cultural Edificado posto que tratam de patrimônio público.

A legislação pátria trata o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido. Esta é a disposição presente na Política Nacional do Meio Ambiente estampada na Lei N° 6.938/1981 a qual apresenta em seu artigo segundo, inciso primeiro que (BRASIL, 1981):

Art 2º – A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:  
I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

Ainda na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei N° 6.938/1981, tem-se a sinalização em seu artigo terceiro, inciso quarto que toda pessoa física ou jurídica é responsável pelos danos causados ao meio ambiente, nestes se inclui a pessoa jurídica de direito público interno. Nesta linha de entendimento Sirvinskas (2011, p. 206) leciona que a pessoa jurídica de direito público “[...] deve ser responsabilizada pelos danos causados ao ambiente por omissão na fiscalização ou pela concessão irregular de licenciamento ambiental. Tal fato, no entanto, não exime de responsabilidade o verdadeiro causador dos danos ambientais.”.

Discorrendo, ainda sobre a responsabilidade ambiental da pessoa jurídica de direito público interno, ou seja, do Estado, Sirvinskas (2011, p. 206) aponta que ser “[...] responsável pelos danos que diretamente causar ao meio ambiente por meio de

suas funções típicas. Pode o Poder Público realizar obras ou exercer atividades causadoras de degradação ambiental”.

Versando acerca da responsabilidade civil sobre dano ambiental Sirvinskas (2011, p. 207) assinala que “Impera em nosso ordenamento jurídico ambiental a responsabilidade civil objetiva. Não há dúvida quanto a sua aplicabilidade, tendo em vista tratar-se de dano difuso. É difícil identificar a vítima do dano ambiental”

A tutela do meio ambiente se apresenta com imprescindível posto que por versar sobre um bem difuso e de uso coletivo, não possui autogestão carecendo de proteção, neste raciocínio, do Estado ante a sua impessoalidade. Discorrendo sobre este tópico Milaré (2009, p. 303), assinala que “a salvaguarda lhe vem do Poder Público, seu ‘tutor’ qualificado, já que se trata de patrimônio público. Sendo oportuno relembrar que a tutela administrativa, em muitos casos, encontra ressonância e reforço na Ética e na Moral”.

### 3.5 SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

A Constituição da República grafou em seu artigo 216-A, acerca da organização do Sistema Nacional de Cultura, ao qual deverá ocorrer a adesão dos Estados, o Distrito Federal e os Municípios brasileiros, com a edição de leis próprias, tendo o Governo Federal, através da Lei Nº 12.343/2010, instituído o Plano Nacional de Cultura – PNC e criado o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIC, tudo em conformidade com o comando constitucional a seguir descrito (BRASIL, 2010):

Art. 216 – A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

[...]

§ 4º – Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

A adesão dos municípios a este Sistema Nacional de Cultura trará responsabilidade na atuação dos prefeitos municipais, contudo, os benefícios advêm com a assinatura de convênios com o governo federal para aplicação em projetos que visem a preservação do patrimônio cultural edificado, bem como propiciará

programas de formação de crianças e de jovens, com fundamentos para preservação de monumentos e conhecimento de suas histórias.

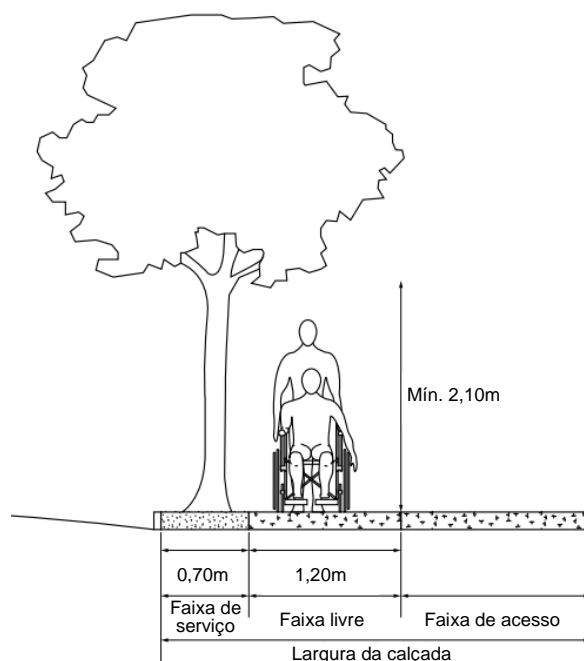
Outro ganho que se vislumbra com a adesão ao Sistema Nacional de Cultura diz respeito ao envolvimento obrigatório da população em participar dos diversos conselhos e comitês que devem ser constituídos com o desidério de que ocorra uma larga participação popular nas ações que envolvam as parcerias firmadas com o governo federal bem como naquelas que figurem a iniciativa privada em um dos polos. Desta forma, o envolvimento da população local gera um comprometimento com a preservação do Patrimônio Cultural Edificado.

### 3.6 ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E IMÓVEIS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL

Outro aspecto relevante que coloca para as cidades é aquele da mobilidade das pessoas pelos passeios públicos, em especial no momento de adequação em construções consideradas patrimônio cultural. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, de forma pontual tratou, através da NBR 9050/2015, a questão da acessibilidade apontando, no seu item 6.12.3, as dimensões mínimas de calçadas de via pública, que é de 1,20 m de largura, livre de qualquer obstáculo, as dimensões indicadas pela norma são também apresentadas na **Figura 2** (ABNT, 2015, p. 74):

#### 6.12.3 – Dimensões mínimas da calçada:

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso, conforme definido a seguir e demonstrado pela Figura 88: a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m; b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre; c) faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas.



**Figura 2:** Faixas de uso da calçada – corte.  
Fonte: ABNT (2015, p. 75).

A Lei Nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assinala em seu artigo quinto e parágrafo terceiro a obrigatoriedade dos entes públicos (BRASIL, 2000):

Art. 5º – Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

[...]

§ 3º – O acesso prioritário às edificações e serviços das instituições financeiras deve seguir os preceitos estabelecidos neste Decreto e nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que não conflitarem com a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, observando, ainda, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.878, de 26 de julho de 2001.

Fundamental ressaltar o poder-dever da Gestão Municipal na preservação de bens tombados e na promoção da acessibilidade a esse patrimônio, o qual deverá zelar pela obediência das normas pertinentes a matéria desde o licenciamento de projetos, à fiscalização dessas obras e concessão de habite-se, se for o caso. Essa performance deve acontecer de duas formas: preventiva, por meio da negativa de licenças, alvarás, cartas de habite-se; bem como a repressiva, embargos, cassações, interdições e, por fim, ações demolitórias. Portanto, o prefeito municipal dentro do rol de suas responsabilidades deve guardar as normativas postas quando do desempenho do seu mister.

Pode-se observar na **Figura 3** situações de desrespeito às normas de acessibilidade, visto que com o objetivo de favorecer o acesso a prédios institucionais ou privados, resulta na impossibilidade de tráfego nos passeios públicos em desobediência às normas de acessibilidade.



**Figura 3:** Passeios públicos obstruídos na cidade de Bananeiras-PB.  
Fonte: Arquivo pessoal do Autor (2017).

A questão da acessibilidade em monumentos arquitetônicos tem sido motivo de intervenções que, lastreados na norma de acessibilidade, tem por um lado facilitado o ingresso de pessoas com deficiência, e por outro, tem gerado situações constrangedoras ao livre tráfego dos pedestres nos passeios públicos nas diversas cidades brasileiras, em especial naquelas que possuem sítios históricos.

### 3.7 LEIS DE INCENTIVO PARA OS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL PARA INVESTIREM NA PRESERVAÇÃO

Uma forma bastante salutar de incentivar os proprietários de imóveis a estabelecerem boas práticas de preservação de imóveis é o incentivo estatal através de benefícios fiscais, logicamente tendo o devido zelo em observar que uma renúncia fiscal implica em apontamentos em lei de como serão supridas ou neutralizadas.

Efetivando busca em legislação, de forma pontual, em municípios paraibanos que possuem conjuntos arquitetônicos tombados como patrimônio cultural identificou-se a existência da Lei Nº 313/2005 em seu artigo quarto, do município de Bananeiras, a qual confere tratamento fiscal especial a iniciativas voltadas à oferta de ambientes de hospedagem para turismo e lazer. Verifica-se, na supracitada lei, a inclusão de ditames que visam à concessão de benefícios fiscais aos proprietários de imóveis da área tombada através de restituição do IPTU, conforme transcrito a seguir (BANANEIRAS, 2005, p. 2):

Art. 4º – Os proprietários de imóveis urbanos tombados por órgãos de preservação do Patrimônio Histórico, Geográfico, Artístico ou Natural, poderão receber restituição do IPTU efetivamente pago, a partir do exercício de 2006, respeitadas as condições a seguir enumeradas:

- I – Comprovação de que aplicou, no mínimo, o mesmo valor do IPTU pago na manutenção e conservação do Imóvel no exercício anterior;
- II – Apresentação de atestado do órgão responsável pelo tombamento do imóvel de que as características arquitetônicas originais estão preservadas e o imóvel em perfeitas condições de uso;
- III – Inexistência de débito junto à fazenda Municipal;
- IV – Existência de dotação orçamentária específica.

Parágrafo Único: Anualmente, a partir do exercício financeiro de 2007, constará no Orçamento Geral do Município rubrica orçamentária específica para custear as despesas decorrentes da implementação do benefício fiscal instituído neste artigo.

Observa-se, desta forma, que basta vontade política aos prefeitos municipais para proporem normas que objetivem estabelecer parcerias públicas-privadas com o escopo de preservar o Patrimônio Cultural Edificado, principalmente nos centros das cidades que possuem Bens tombados, através de isenção total ou parcial de IPTU para os proprietários que venham efetivar ações de preservação de bens imóveis, logicamente, devidamente autorizados pela administração pública.



#### **4 RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL DOS PREFEITOS MUNICIPAIS DIANTE DA NÃO PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO**

O prefeito municipal, visto ser o gestor das políticas públicas municipais, possui o encargo do bom andamento das ações que visam ao bem comum da sociedade, à melhoria da sua qualidade de vida e da sua felicidade como povo, ao uso de metodologias e ferramentas, seja desenvolvendo ou apropriando-se, através de aquisições, que possibilitem o desenvolvimento de políticas públicas nas diversas áreas que impactam direta ou indiretamente na população e dentre elas tem-se a questão ambiental.

A Lei N° 5.172/1966, a qual dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, em seu artigo 78 e parágrafo único, aponta a conceituação e os limites da atuação estatal em seu poder de polícia com o escopo de alcançar, de forma transparente, o interesse público, desta forma o Estado é possuidor de mecanismo, que o respalda na sua atuação como Ente fiscalizador da preservação do Patrimônio Cultural Edificado, conforme transcrito na sequência (BRASIL, 1966):

Art. 78 – Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966).

Parágrafo único – Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Segundo Milaré (2009) política vem ser, no conceito mais amplo, um conjunto orgânico de diretrizes voltadas à concretização de um determinado objetivo da sociedade. Ainda em Milaré (2009) tem-se que política é como o ordenamento de práticas para alcançar os fins estabelecidos pelos cidadãos da polis no intuito de realizar o seu bem comum.

Por tratar-se de um patrimônio comum da sociedade, o meio ambiente carece de zelo, na sua preservação em prol da população. Esta tutela administrativa do ambiente dá-se no ordenamento jurídico nacional com a normatização que vem desde a Constituição Federal, passando por todo o conjunto leis, normas e

princípios, e cabe ao prefeito municipal o cuidado para planejar e implementar as ações pertinentes, nesta linha Milaré (2009, p. 345) se pronuncia:

[...] o direito normatiza a Administração Pública, dando-lhe suporte legal e estabelecendo os seus limites no contexto dos direitos e deveres concernentes ao bem comum da sociedade; em sentido inverso, a Administração implementa o Direito, conferindo-lhe vida, mais objetividade e eficácia.

#### 4.1 INSTRUMENTOS JUDICIAIS DE TUTELA: AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO PENAL

A ação popular está presente no ordenamento jurídico brasileiro desde 1965 quando a Lei Nº 4.717/1965, que regula a Ação Popular, foi sancionada, a qual tem o cidadão como parte legítima para pleitear tal ação bem como restringia às agressões ao patrimônio público. Entretanto, através da Lei Nº 6.513/1977 que alterou parágrafo primeiro do artigo primeiro da supramencionada lei, considerou-se patrimônio os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, portanto ampliou-se o raio de abrangência da ação popular. Por fim, veio a Constituição Federal de 1988 que alterou a disciplina legal da ação popular. Segundo Milaré (2009, p. 278): “[...] este importante instrumento de defesa dos interesses da coletividade aparece no texto constitucional com nova roupagem, ampliando em sua incidência protetiva para alcançar entre outros, os atos lesivos ao patrimonial cultural do povo brasileiro.”.

A Lei Nº 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública, estabelece as ações de responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. A Ação Civil Pública visa reprimir os danos, podendo ter por finalidade a condenação de indenização ou no cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer e, ainda, pagamento de multa (BRASIL, 1985):

Art. 1º – Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

- I – ao meio-ambiente;
- II – ao consumidor;
- III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo;
- V – por infração da ordem econômica;
- VI – à ordem urbanística;
- VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos;
- VIII – ao patrimônio público e social.

A mesma Lei, Ação Civil Pública, no artigo quinto estabeleceu como Legitimados Extraordinários para propor a ação principal e a ação cautelar (BRASIL, 1985):

Art. 5 – Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:  
 I – o Ministério Público;  
 II – a Defensoria Pública;  
 III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;  
 IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;  
 V – a associação que, concomitantemente:  
 a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;  
 b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Desta leitura identifica-se que o prefeito municipal como representante jurídico do município carrega a responsabilidade de intervir em ações de particular que possuam o condão de interferir, de forma negativa, em imóvel que seja tombado como patrimônio cultural. Entretanto o prefeito municipal, também, pode ser alvo de uma ação civil pública ante a sua ofensiva ao Patrimônio Cultural Edificado ou por sua omissão no dever de agir quando terceiros efetuam agressões tal Patrimônio.

O sistema de proteção ao Patrimônio Cultural inclui, também, dispositivos previstos no Código Penal Brasileiro, Decreto – Lei N°. 2.848/40, em seus artigos 165 e 166, o primeiro estabelece as penalidades aos infratores que causem dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico, enquanto que o segundo ressalta a obrigatoriedade de licença da autoridade competente, no caso dos municípios, o gestor que possua delegação do prefeito municipal (BRASIL, 1940):

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico  
 Art. 165 – Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:  
 Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.  
 Alteração de local especialmente protegido  
 Art. 166 – Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:  
 Pena — detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Visto o descrito no artigo 165 do Código Penal, em atos administrativos em que os prefeitos venham a autorizar a destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada, eles podem vir a serem punidos.

Importante, entretanto, refletir que o Direito Ambiental não existe de forma de forma dissociada das outras especializações do Direito. Portanto quando discorrer-

se acerca da tutela administrativa do ambiente deve-se pensar de maneira orgânica com os demais ramos do Direito que tangenciam com a questão ambiental. Ponderando sobre esta temática Milaré (2009), aponta que a tutela administrativa do ambiente com todas as suas peculiaridades deve estar alicerçada em sólidos preceitos legais.

#### 4.2 FISCALIZAÇÃO PELO PODER PÚBLICO

A ausência de uma atuação incisiva e constante, por parte do prefeito municipal, por exemplo, nos casos de controle e de acompanhamento da obtenção de alvará de construção; de reforma; de recuperação de imóveis tombados ou em via e áreas de interesse público; bem como a ausência de embargo e/ou autuação de intervenções em monumentos arquitetônicos sem autorização legal da prefeitura, atraem para o prefeito municipal as penalidades previstas na legislação.

A renúncia de receitas de alvarás e outras taxas representa uma afronta à legislação tributária e à Lei N° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando, ainda, a dependência financeira existente na grande maioria dos municípios brasileiros em relação ao governo federal, bem como das possíveis multas aplicáveis como sanção ao descumprimento da obrigação principal de solicitação de licença de construção, reforma ou recuperação de imóveis em áreas consideradas como patrimônio cultural.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF trata, de forma exaustiva, em seu artigo 14 as possibilidades de renúncia de receita, bem como em seu artigo 73 as punições a que estão sujeitos os prefeitos municipais que não atenderem a LRF, conforme se verifica a seguir (BRASIL, 2000):

Art. 14 – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º – A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Art. 73 – As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

#### 4.3 JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA TUTELA ADMINISTRATIVA

Nesta linha de raciocínio de responsabilização de prefeitos municipais importante trazer a lume decisão da Primeira Turma do STF da lavra do Ministro Celso de Mello em voto tratando da Tutela Administrativa do Patrimônio Cultural Edificado, em que aponta que esta Tutela traduz um indeclinável dever constitucional do Poder Público. Tal entendimento encontra depositado no voto que apreciou o Habeas Corpus N° 72.506 – 6 Minas Gerais, publicado no Diário da Justiça em 18 de setembro de 1998, no qual se discutiu a incompetência penal absoluta do Tribunal Regional Federal da Primeira Região bem como a inocorrência de litispendência entre a ação civil pública e a ação penal condenatória. Assim expressou o Ministro Celso de Mello quando a tutela do Patrimônio Cultural (BRASIL, 1995):

O ordenamento positivo brasileiro – dando consequência e efetividade à cláusula constitucional que impõe ao Poder Público a obrigação de proteger os bens e valores culturais – legitima a punição criminal daquele cuja conduta desrespeita e ofende a integridade do patrimônio artístico, arqueológico ou histórico nacional (CP, arts. 165 e 166). Esses preceitos do Código Penal brasileiro, que tipificam os crimes de dano cultural, objetivam tornar mais efetiva a proteção estatal destinada a resguardar a inviolabilidade do acervo histórico, arqueológico e artístico do País.

Apreciando Recurso Extraordinário oriundo do Rio de Janeiro o STF, através do Ministro Maurício Correia, estampou entendimento no qual indica como a responsabilidade do Município proteger os monumentos de proeminente valor histórico-artístico-cultural. Quando assim expressou (BRASIL, 2002):

É, pois, de responsabilidade do Município, no âmbito de sua competência a proteção de logradouros, sítios, prédios, monumentos e outros desse jaez, de relevante valor histórico-artístico-cultural, competindo-lhe as providências que devam ser administradas para que não sejam destruídos ou comprometidos. Prédio urbano elevado à condição de patrimônio cultural. Decreto Municipal 7.046/87. Legalidade. Limitação administrativa genérica, gratuita e unilateral ao exercício do direito de propriedade, em prol da

memória da cidade. Inexistência de ofensa à Carta Federal. 2. Conservação do patrimônio cultural e paisagístico. Encargo conferido pela Constituição (EC 01/69, artigo 15, II) ao Poder Público, dotando-o de competência para, na órbita de sua atuação, coibir excessos que, se consumados, poriam em risco a estrutura das utilidades culturais e ambientais. Poder- dever de polícia dos entes estatais na expedição de normas administrativas que visem a preservação da ordem ambiental e da política de defesa do patrimônio cultural. Recurso extraordinário conhecido e provido.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, em diversas e densas decisões, ratificou a responsabilidade que os prefeitos municipais possuem com relação à tutela administrativa do Patrimônio Cultural Edificado.

Julgando a Ação Penal – Ordinária 1.0000.09.506542-1/0005065421-97.2009.8.13.0000 (1) sendo Relatora: Des.(a) Maria Celeste Porto tendo como Órgão Julgador / Câmara: Câmaras Criminais Isoladas/5ª CÂMARA CRIMINAL o TJMG que trata de alteração da estrutura de edificação, Obelisco localizado em praça, protegido por lei, tendo o ato administrativo efetivado sem autorização de autoridade competente ou em desacordo com a concedida, resolvem rejeitar a preliminar do réu e receberam a denúncia contra o prefeito municipal de Perdões, Sr. Hamilton Resende Filho (MINAS GERAIS, 2010):

PENAL E PROCESSUAL PENAL – PROCESSO DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA – DENÚNCIA CONTRA PREFEITO MUNICIPAL – ALTERAÇÃO DE EDIFICAÇÃO TOMBADA – AUTORIZAÇÃO INCOMPLETA E/OU INCORRETA – ALEGADA NULIDADE DO PROCEDIMENTO POR SUPOSTA CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PRELIMINAR REJEITADA – DENÚNCIA COM BASE EM INQUÉRITO INSTAURADO, INSTRUÍDO E CONCLUÍDO PELA POLÍCIA CIVIL – NÃO CONFIGURAÇÃO DE MERA REVITALIZAÇÃO DO BEM PROTEGIDO – MUDANÇA PROFUNDA DE SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS -- RESPONSABILIDADE DO GESTOR MUNICIPAL – ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO – DISCUSSÃO INCABÍVEL – DEPENDENTE DO CONTRADITÓRIO – EXISTÊNCIA DE PROVAS DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA – RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.

Importante trazer a discussão o julgado do TJMG no Processo: Apelação Cível 1.0456.10.007276-2/0010072762-21.2010.8.13.0456 (1), Relator: Des.(a) Jair Varão tendo como Órgão Julgador a 3ª CÂMARA CÍVEL, processo proveniente do Município de Oliveira, no qual o prefeito municipal foi condenado por dilapidação de bem público, conforme ementa a seguir (MINAS GERAIS, 2015):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CANCELAMENTO DE TOMBAMENTO – AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – DILAPIDAÇÃO DE BEM PÚBLICO – VIOLAÇÃO AO ART. 10 DA LEI Nº 8.429/92 – DANO AO ERÁRIO.

1 – O agente que pratica ato ímprobo, causador de prejuízo ao erário, nos termos do art. 10 da Lei nº 8.429/92, se sujeita as penalidades previstas no art. 12, inc. II, da aludida Lei, na proporção da gravidade do seu ato.

2 – O agente público que não contribui com dolo ou culpa para o resultado danoso ao erário fica desincumbido de qualquer responsabilidade que decorra de ordem hierárquica do respectivo superior, devidamente comprovada sua boa-fé.

3 – O cancelamento do tombamento não resulta de avaliação discricionária da Administração Pública, estando estritamente vinculado ao parecer do respectivo órgão competente de proteção ao patrimônio cultural.

Quando do julgamento do Agravo de Instrumento CV Nº 1.0521.16.009462-4/001 oriundo da Comarca de Ponte Nova-MG, o TJMG decidiu que o Município deveria assumir conjuntamente com o proprietário do imóvel, que se encontra em péssimo estado de conservação, tomar providência para conservar o imóvel visando a proteção dos pedestres que trafegavam na proximidade do imóvel em questão bem como para preservá-lo ante o seu valor cultural e histórico para o município<sup>1</sup> (MINAS GERAIS, 2018).

O TJMG apreciando a Apelação Cível 1.0625.12.005710-8/002, 0057108-98.2012.8.13.0625 (1) da Relatoria do Desembargador Caetano Levi Lopes tendo origem na Comarca de Origem São João del Rei, asseverou a responsabilidade e obrigação do ente público de autorizar as intervenções em áreas de interesse histórico, a exemplo da colocação de engenho de publicidade em prédio particulares. Assim se posicionando (MINAS GERAIS, 2014):

O interesse de agir consiste na concreta necessidade da tutela jurisdicional por haver um conflito de interesses que deve ser solucionado pelo Estado-juiz. Há interesse de agir quando o devedor resiste ao pagamento, patenteando estar ele em mora.

A existência, em imóvel situado no centro histórico de São João del Rei, de engenhos de publicidade em desconformidade com a legislação municipal e sem autorização prévia do órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural, constitui conduta ilegal da recorrente. Assim, correta a sentença que acolheu a pretensão inicial.

---

<sup>1</sup> AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV Nº 1.0521.16.009462-4/001 – COMARCA DE PONTE NOVA – AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO PONTE NOVA – AGRAVADO(A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – INTERESSADO(A)(S): LIVIO SENA DE AZEVEDO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. LITISPENDÊNCIA PARCIAL. CONFIGURAÇÃO. EXTINÇÃO EM PARTE DA AÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA QUANTO AO RESTANTE. PATRIMÔNIO CULTURAL RECONHECIDO MEDIANTE INVENTÁRIO. DEVER DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA DE TOMAR MEDIDAS PARA TUTELÁ-LO. RISCO DE DANO EM FACE DO AVANÇADO ESTADO DE MÁ CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL PARA OS PEDESTRES QUE PASSAM NO LOCAL. NECESSIDADE DE TOMADA DE PROVIDÊNCIAS PELO PODER PÚBLICO EM CONJUNTO COM O PROPRIETÁRIO, QUE TEM SE MOSTRADO INERTE.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se que o tema em discussão possui uma grande relevância para a vida de um município, visto que a preservação do Patrimônio Cultural Edificado representa a garantia de transmissão de uma parte de suas histórias às gerações futuras.

Com lastro na Política Nacional do Meio Ambiente tem-se a responsabilidade do Estado pelos danos causados ao patrimônio cultural por omissão na fiscalização ou pela concessão irregular de licenciamento ambiental, não isentando de responsabilidade o verdadeiro causador dos danos ambientais bem como na sua atuação em funções típicas do Poder Público quando realiza obras.

A questão da tutela do meio ambiente pelo Poder Público se apresenta como imprescindível visto ser o meio ambiente um Ente sujeito de Direito. Pois o meio ambiente é um bem difuso e de uso coletivo. Desta forma, a salvaguarda do meio ambiente encontra-se posta na Constituição Federal, no Estatuto das Cidades, nos Códigos de Posturas Municipais, na Lei da Ação Civil Pública, na Lei do Tombamento, Lei de Crimes Ambientais e no Código Penal Brasileiro, cabendo primordialmente, ao Poder Público na figura de seu representante legal o prefeito municipal, exercer o papel de tutela do Patrimônio Cultural Edificado.

Importante ressaltar que a previsão contida no Estatuto das Cidades sobre a obrigatoriedade de ter o seu plano de diretor não se reduz tão somente àquelas cidades com mais de vinte mil habitantes, sendo os municípios integrantes de áreas de especial interesse turístico compelidos a aprovar este importante instrumento de ordenação urbana e de preservação do Patrimônio Cultural Edificado, independente do seu contingente populacional.

Ao prefeito municipal, como representante legal dos municípios, em especial naqueles que possuem bens imóveis ou conjuntos arquitetônicos tombados, emerge o zelo na emissão de alvará de construção, reforma, recuperação de imóveis tombados ou em via e áreas de interesse público. O fato de não embargar ou autuar obras sem autorização legal da prefeitura e dos entes responsáveis pela preservação representa omissão punível com sanções ao prefeito municipal nos termos das penalidades previstas, em especial, no código penal e na lei de crimes ambientais.



O incentivo a preservação do Patrimônio Cultural Edificado é de importância ímpar. A efetivação de incentivo fiscal, a exemplo de renúncia do IPTU para os proprietários que preservam imóveis tombados, gera um ganho na manutenção da história de uma população. Ocorrendo desta forma uma parceria entre o poder público e o privado.

A atuação dos prefeitos municipais deve ser de fiel observância aos ditames legais e abstendo-se de realizar obras públicas sem a devida compatibilização com as normas de preservação, conservação e recuperação de áreas e bens tombados como patrimônio histórico cultural, posto que a sua atuação deve servir de espelho para a população

Sendo legitimado extraordinário em conformidade com a lei da Ação Civil Pública, o ente municipal, através de seu representante legal, o prefeito municipal, tem, por dever, agir intervindo nas ações que particulares empreendem na manutenção ou restauração de imóveis tombados como monumento cultural em desacordo com as boas práticas de conservação e restauração bem como os ditames previstos na legislação municipal estatuída nos instrumentos legais tais como: Plano Diretor, Código de Obras, Código de Postura, entre outros.

Portanto o prefeito municipal, como representante legal do poder público municipal, não pode ficar silente, omissos, diante de ações que geram degradação do Patrimônio Cultural Edificado, atraindo para si as penalidades previstas no código penal brasileiro, lei de crimes ambientais, entre outras.

Entretanto somente com atuação permanente e vigilante da população, com o emprego da ação popular visando evitar danos ao patrimônio cultural edificado, bem como o empenho diuturno do ministério público, no exercício de seu mister, com o emprego dos instrumentos normativos disponíveis, em especial, a ação civil pública, terá garantido para as gerações futuras as reminiscências dos povos que os antecederam.

Não menos impactante é a questão posta relativa à acessibilidade dos monumentos arquitetônicos que na sua grande maioria possuem desníveis que dificultam o ingresso de pessoas com dificuldades de locomoção, gerando, na maioria das vezes, a disponibilização de acesso que por vezes dificultam o tráfego cotidiano pelos passeios públicos.

Enxerga-se como uma forma bastante salutar de angariar recursos para a realização de ações na área de preservação de Patrimônio Cultural Edificado, a

imersão de municípios no Sistema Nacional de Cultura visto a possibilidade de firmar convênios com o governo federal objetivando atividades da espécie.

Impõe-se aos prefeitos municipais, em municipalidades que não possuem Código de Obras, Código de Postura, que tratem sobre os engenhos de publicidade, sobre a disposição de toldos e marquises, o encaminhamento ao Poder Legislativo de Projetos de Leis relativos estas matérias, posto que tratam de instrumentos fundamentais de gestão na área de Patrimônio Cultural Edificado. Existindo os referidos instrumentos normativos fazer uso de forma incisiva destes aparatos normativos nas suas intervenções em ações efetivadas pelo próprio município bem como pelos munícipes em intervenções em bens culturais com o fito de resguardá-los para as próximas gerações.

Constata-se nos diversos julgados apontados no decorrer deste trabalho que a responsabilidade do prefeito municipal se aclara quando o Poder Judiciário de forma pacífica tem se posicionado favor ao entendimento de que o poder público, em especial, o municipal, tem o dever legal de atuar de forma proativa na preservação, conservação, fiscalização do Patrimônio Cultural Edificado para que não ocorra perdas, que na maioria das vezes torna irreversíveis os danos gerados com a perda da memória de um povo, ou impeça a visualização do conjunto arquitetônico, quando acontece o emprego indevido de engenhos de publicidade.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AHMED, Flávio Villela. A Tutela da Cultura em Face do Direito Ambiental das Cidades. In: COUTINHO, Ronaldo; ROCCO, Rogério (Org.). **O Direito Ambiental das Cidades**. 2. ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009. p. 283-296.

BANANEIRAS. **Lei n. 313, de 30 de novembro de 2005**. Concede tratamento fiscal especial a empreendimentos voltado à oferta de meios de hospedagem para turismo e lazer e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3365-21-junho-1941-413383-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 86176, de 6 de julho de 1981**. Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D86176.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D86176.htm)>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Lei n. 4717, de 29 de jun de 1965**. Regula a Ação Popular. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4717.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4717.htm)>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L5172.htm)>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 6513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6513.htm)>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. **Lei n. 7347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7347orig.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm)>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 183 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 72506 (MG)**. Primeira Turma, Rel. Min. Celso de Mello, em 23 de maio de 1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28patrim%F4nio+hist%F3rico%2EEMEN%2E+OU+patrim%F4nio+hist%F3rico%2EINDE%2E%29&pagina=3&base=baseAcordados&url=http://tinyurl.com/y9ma8hub>>. Acesso em: 30 de ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 121140 (RJ)**. Segunda Turma, Rel. Min. Maurício Corrêa, em 26 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE+121140%29+%28%28MAUR%CDICIO+CORR%CAA%29%2ENORL%2E+OU+%28MAUR%CDICIO+CORR%CAA%29%2ENORV%2E+OU+%28MAUR%CDICIO+CORR%CAA%29%2ENORA%2E+OU+%28MAUR%CDICIO+CORR%CAA%29%2EACMS%2E%29&base=baseAcordados&url=http://tinyurl.com/y8zoyj23>>. Acesso em: 01 set. 2018.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas, novembro de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

CE. **Declaração de Amsterdam**. Amsterdam, outubro de 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

UNESCO. **Recomendação Paris**. Proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris, novembro de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

DIAS, Edna Cardoso. **Direito ambiental no Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza, maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

JOÃO PESSOA. **Lei Complementar n. 03, de 30 de dezembro de 1992**. Plano Diretor da cidade de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/PMJP-PlanoDiretor.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

JOÃO PESSOA. **Lei Complementar n. 07, de 17 de agosto de 1995**. Código de Posturas do Município de João Pessoa. Disponível em: <[http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/Codigo\\_de\\_Posturas-1.pdf](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/Codigo_de_Posturas-1.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2018.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política Ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LOURENÇO, Genipaula W. **Tombamento**: conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3028/Tombamento-Conservacao-do-patrimonio-historico-artistico-e-cultural>>. Acesso em 29 jul. 2018.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A Tutela do Patrimônio Cultural sob o Enfoque do Direito Ambiental**: uma abordagem transdisciplinar. 2006. 327 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: a Gestão Ambiental em foco. 6. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2009. p. 262-293.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento n. 1.0521.16.009462-4/001**. Primeira Câmara Cível, Des. Alberto Vilas Boas, em 23 de março de 2018. Disponível em: <[http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=C20FF434D8EAEBC1A047B7B0A0B1DE3A.juri\\_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0521.16.009462-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar](http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=C20FF434D8EAEBC1A047B7B0A0B1DE3A.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0521.16.009462-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar)>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Ação Penal n. 1.0000.09.506542-1/000**. Quinta Câmara Criminal, Des. Maria Celeste Porto, em 9 de novembro de 2010. Disponível em: <[http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=04E1AA2E8679F1430DA840628B0C6182.juri\\_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.09.506542-1%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar](http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=04E1AA2E8679F1430DA840628B0C6182.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.09.506542-1%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar)>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento n. 1.0521.16.009462-4/001**. Primeira Câmara Cível, Des. Alberto Vilas Boas, em 23 de março de 2018. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=5&totalLinhas=24&paginaNumero=5&linhasPorPagina=1&palavras=patrim%F4nio%20hist%F3rico%20tutela%20municipal&pesquisarPor=ementa&pesquisaTesouro=true&orderByData=1&pesquisaPalavras=Pesquisar&>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 1.0456.10.007276-2/001**. Terceira Câmara Cível, Des. Jair Varão, em 18 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0456.10.007276-2%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 1.0625.12.005710-8/002**. Segunda Câmara Cível, Des. Caetano Levi Lopes, em 26 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0625.12.005710-8%2F002&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PARAÍBA. **Lei n. 9040, de 30 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba – IPHAEP, e dá outras providências. Disponível em: <[http://sapl.al.pb.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/9932\\_texto\\_integral](http://sapl.al.pb.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/9932_texto_integral)>. Acesso em: 09 jul. 2018.

PINHO, José Benedito. Trajetória da publicidade no Brasil: das origens à maturidade técnico profissional. In: PINHO, José Benedito (Org.). **Trajetória e questões contemporâneas da publicidade brasileira**. São Paulo: Intercom, 1998.

SILVA, José Afonso da. **O Município na Constituição de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 9. ed. São Paulo: Saraiva 2011.

SILVEIRA, Patrícia Azevedo da. **Competência Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2006.

UNEP. **Declaração de Estocolmo**. Declaração sobre o ambiente humano. Estocolmo, junho de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.